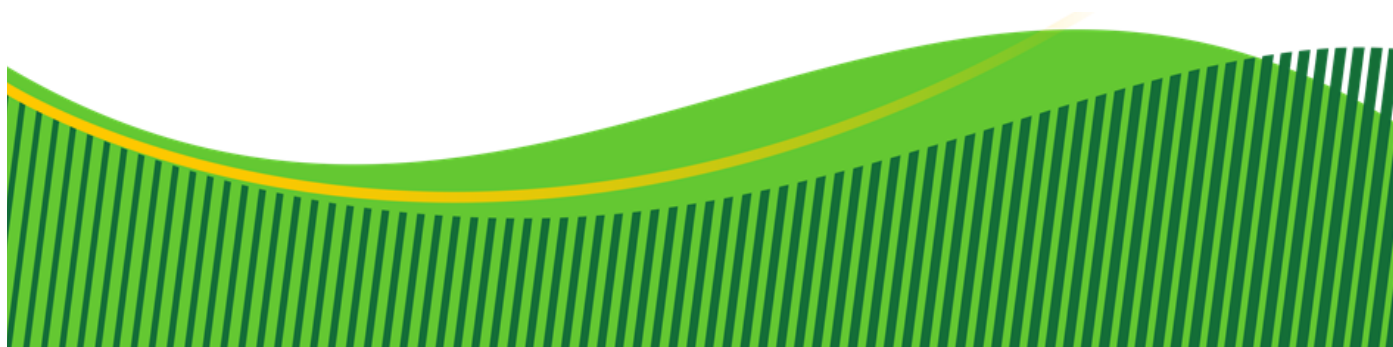


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS
CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	484.212	431.780	CIRCULANTE	299.167	206.110
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)5.890	6.915	DEPÓSITOS	(NOTA 11)112.855	79.457
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)58	9.204	Depósitos à Vista	99.961	75.947
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	9.204	Depósitos Interfinanceiros	5.140	-
Aplicações em Depósitos de Poupança	58	-	Depósitos a Prazo	7.754	3.510
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	147.489	202.499	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	143.073	98.593
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	4	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	16
Correspondentes no país	1.685	440	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)143.073	98.577
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)145.804	202.055	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	829	1.215
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)296.049	194.179	Recursos em Trânsito de Terceiros	829	1.215
Operações de Crédito	312.879	208.568	OUTRAS OBRIGAÇÕES	42.410	26.845
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.830)	(14.389)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	155	86
OUTROS CRÉDITOS	31.690	17.515	Sociais e Estatutárias	2.510	1.371
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 06)9	12	Fiscais e Previdenciárias	819	711
Rendas a Receber	1.042	521	Diversas	(NOTA 13)38.926	24.677
Diversos	(NOTA 06 e 07)31.154	17.264			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 06)(515)	(282)			
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)3.036	1.468			
Outros Valores e Bens	3.009	1.423			
(Provisão para desvalorização)	(51)	(8)			
Despesas Antecipadas	78	53			
NÃO CIRCULANTE	200.369	78.625	NÃO CIRCULANTE	274.986	217.455
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)28.530	451	DEPÓSITOS	(NOTA 11)222.057	195.336
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.530	451	Depósitos a Prazo	222.057	195.336
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)147.653	57.931	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)52.929	22.119
Operações de Crédito	153.998	66.210	Repasses Interfinanceiros	52.929	22.119
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.345)	(8.279)			
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 06 e 07)3	72			
Diversos	3	72			
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)7	12			
Despesas Antecipadas	7	12			
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)8.500	7.861	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110.428	86.840
Outros Investimentos	8.500	7.861	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 15)58.215	50.535
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)12.193	9.677	De Domiciliados no País	90.069	74.187
Imóveis de Uso	3	3	(Capital a Realizar)	(31.854)	(23.652)
Outras Imobilizações de Uso	16.243	12.556	RESERVAS DE SOBRAS	42.269	30.534
(Depreciação acumulada)	(4.053)	(2.882)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	9.944	5.771
INTANGÍVEL	(NOTA 10)3.483	2.621			
Outros Ativos Intangíveis	6.509	4.967			
(Amortização acumulada)	(3.026)	(2.346)			
TOTAL DO ATIVO	684.581	510.405	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	684.581	510.405

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS
CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	48.647	-	48.647	85.421	-	85.421	59.475	-	59.475
Operações de Crédito	48.361	-	48.361	84.863	-	84.863	59.257	-	59.257
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	285	-	285	557	-	557	222	-	222
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	1	-	1	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(20.711)	(20)	(20.731)	(37.287)	(36)	(37.323)	(32.162)	(540)	(32.702)
Operações de Captação no Mercado	(6.637)	(20)	(6.657)	(12.628)	(36)	(12.664)	(15.549)	(27)	(15.576)
Operações de Empréstimos e Repasses	(6.016)	-	(6.016)	(11.272)	-	(11.272)	(6.651)	(513)	(7.164)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.058)	-	(8.058)	(13.387)	-	(13.387)	(9.962)	-	(9.962)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.936	(20)	27.916	48.134	(36)	48.098	27.313	(540)	26.773
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIOI	(16.507)	2.447	(14.060)	(26.032)	4.042	(21.990)	(12.470)	2.443	(10.027)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.985	5.559	9.544	7.505	9.509	17.014	4.711	6.702	11.413
Rendas de Tarifas Bancárias	4.712	-	4.712	8.927	-	8.927	7.521	-	7.521
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(13.181)	(1.019)	(14.200)	(24.544)	(1.797)	(26.341)	(18.305)	(1.410)	(19.715)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(10.602)	(1.516)	(12.118)	(19.393)	(2.693)	(22.086)	(13.501)	(1.869)	(15.370)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(83)	(285)	(368)	(142)	(487)	(629)	(134)	(345)	(479)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	7.684	212	7.896	17.973	449	18.422	19.132	174	19.306
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(9.022)	(504)	(9.526)	(16.358)	(939)	(17.297)	(11.894)	(809)	(12.703)
RESULTADO OPERACIONAL	11.428	2.426	13.854	22.102	4.006	26.108	14.843	1.903	16.746
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(71)	12	(59)	(135)	81	(54)	(126)	(14)	(140)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.357	2.438	13.795	21.967	4.087	26.054	14.717	1.889	16.606
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	241	241	-	(15)	(15)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	148	148	-	(5)	(5)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	93	93	-	(10)	(10)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11.357	2.679	14.036	21.967	4.072	26.039	14.717	1.889	16.606
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.072	(4.072)	-	1.889	(1.889)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	11.357	2.679	14.036	26.039	-	26.039	16.606	-	16.606
DESTINAÇÕES	-	-	-	(16.095)	-	(16.095)	(10.835)	-	(10.835)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.366)	-	(3.366)	(4.034)	-	(4.034)
Fates - Estatutário	-	-	-	(994)	-	(994)	(577)	-	(577)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(8.950)	-	(8.950)	(5.194)	-	(5.194)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.785)	-	(2.785)	(1.030)	-	(1.030)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	9.944	-	9.944	5.771	-	5.771

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS

CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	42.437	22.671	3.278	68.386
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.623	-	(1.623)	-
Destinações para reservas	-	1.639	(1.639)	-
Outras destinações	-	-	(16)	(16)
Capital de associados				
Aumento de capital	5.595	-	-	5.595
Baixas de capital	(3.041)	-	-	(3.041)
Resultado do período	-	-	16.606	16.606
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(577)	(577)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.194	(5.194)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.921	-	(4.034)	(113)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.030	(1.030)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	50.535	30.534	5.771	86.840
Mutações do Período	8.098	7.863	2.493	18.454
Saldos no início do período em 01/01/2018	50.535	30.534	5.771	86.840
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	2.888	-	(5.714)	(2.826)
Outras destinações	-	-	(57)	(57)
Capital de associados				
Aumento de capital	6.416	-	-	6.416
Baixas de capital	(4.916)	-	-	(4.916)
Resultado do período	-	-	26.039	26.039
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(994)	(994)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.950	(8.950)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.292	-	(3.366)	(74)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.785	(2.785)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	58.215	42.269	9.944	110.428
Mutações do Período	7.680	11.735	4.173	23.588
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	53.995	30.534	12.003	96.532
Capital de associados				
Aumento de capital	3.457	-	-	3.457
Baixas de capital	(2.529)	-	-	(2.529)
Resultado do período	-	-	14.036	14.036
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(994)	(994)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.950	(8.950)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.292	-	(3.366)	(74)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.785	(2.785)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	58.215	42.269	9.944	110.428
Mutações do Período	4.220	11.735	(2.059)	13.896

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS
CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	19.453	28.690	23.425
Resultado do semestre/exercício	14.036	26.039	16.606
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.417	2.651	6.819
Provisão para operações de crédito	4.373	507	5.378
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	43	-
Provisão para desvalorização de outros créditos	96	233	115
Depreciação do imobilizado de uso	872	1.592	914
Amortização do intangível	363	680	611
Baixas do ativo permanente	44	49	309
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	725	531	(35)
Destinações ao FATES	(994)	(994)	(577)
Dividendos SicrediPar	(62)	10	104
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(66.632)	(78.170)	38.273
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(25.024)	(18.933)	(9.578)
Redução em títulos e valores mobiliários	34	-	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	2.774	4	-
Redução em créditos vinculados	2	-	181
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(936)	(1.245)	217
(Aumento) em operações de crédito	(124.058)	(192.099)	(73.598)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	43.346	75.290	56.158
(Aumento) em outros créditos	(9.493)	(14.346)	(5.531)
(Aumento) em outros valores e bens	(471)	(1.606)	(602)
Aumento em depósitos	33.934	60.118	65.647
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	41	(386)	537
Absorção de dispêndios pelo FATES	(219)	(565)	(327)
Aumento em outras obrigações	13.438	15.598	5.169
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(47.179)	(49.480)	61.698
Aquisição de Investimentos	-	(639)	(408)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.491)	(4.158)	(6.385)
Aplicações no Intangível	(575)	(1.542)	(818)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.066)	(6.339)	(7.611)
Integralização de capital	3.457	6.416	5.595
Baixa de capital	(2.529)	(4.916)	(3.041)
Juros ao capital próprio	(74)	(74)	(113)
Distribuição de Sobras	-	(2.883)	(16)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	854	(1.457)	2.425
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(48.391)	(57.276)	56.512
Caixa e equivalente de caixa no início do período	200.085	208.970	152.458
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	151.694	151.694	208.970

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/10/1998 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	5.890	6.915
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	145.804	202.055
Total	151.694	208.970

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	9.204
Depósitos Interfinanceiros em Ligadas	-	9.204
Aplicações em Depósitos de Poupança	58	-
Total circulante	58	9.204
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.530	451
DI entre Banco e Cooperativas	28.050	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	480	451
Total não circulante	28.530	451

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	156.878	92.338	249.216	136.903
Financiamentos	4.918	6.285	11.203	3.708
Financiamentos rurais e agroindustriais	151.083	55.375	206.458	134.167
Carteira total	312.879	153.998	466.877	274.778

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	9	-	9	12
Títulos e créditos a receber (i)	24.308	3	24.311	14.350
Total	24.317	3	24.320	14.362

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	204	-	-	-
Nível A	0,50	214.532	101.611	1.073	508
Nível B	1,00	159.462	123.009	1.604	1.249
Nível C	3,00	71.498	27.657	2.145	830
Nível D	10,00	21.418	10.819	2.142	1.082
Nível E	30,00	7.075	6.743	2.123	2.023
Nível F	50,00	2.965	3.346	1.483	1.673
Nível G	70,00	3.077	1.235	2.154	865
Nível H	100,00	10.966	14.720	10.966	14.720
Total		491.197	289.140	23.690	22.950

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018					2017
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	5.761	51.072	65.636	75.212	197.681	102.509
Rural	663	24.258	126.162	55.375	206.458	134.167
Industrial	52	352	1.108	469	1.981	1.324
Comércio	2.330	11.798	10.883	8.719	33.730	23.942
Outros Serviços	1.643	13.843	21.635	14.226	51.347	27.198
Total	10.449	101.323	225.424	154.001	491.197	289.140

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	33.262	6,77	25.248	8,73
50 devedores seguintes	73.832	15,03	54.710	18,92
100 devedores seguintes	75.836	15,44	54.625	18,89
Demais	308.267	62,76	154.557	53,45
Total	491.197	100	289.140	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	22.950	17.457
Constituição de provisão	13.387	9.962
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.647)	(4.469)
Saldo final	23.690	22.950

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.217 (2017 - R\$ 2.403), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 23.932 (2017 - R\$ 15.266).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	114	112
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.837	1.984
Devedores por depósitos em garantia	221	45
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.058	331
Títulos e créditos a receber	24.308	14.349
Operações com cartões	711	52
Pendências a regularizar	891	243
Outros	2.014	148
Total Circulante	31.154	17.264

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	71
Títulos e créditos a receber	3	1
Total não circulante	3	72

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) Refere-se basicamente a processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	3.007	1.422
Imóveis	2.699	873
Veículos e afins	-	241
Bens em regime especial	308	308
Material em estoque	2	1
Despesas antecipadas	78	53
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(51)	(8)
Total Circulante	3.036	1.468

Despesas antecipadas	7	12
Total não circulante	7	12

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 51 (2017 - R\$ 8) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	4.656	4.017
Sicredi Participações S.A.	3.841	3.841
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Total	8.500	7.861

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	1.245.322 ON 2.595.879 PN	1.245.322 ON 2.595.879 PN	3 Quotas	3 Quotas	4.656.069 Quotas	4.016.675 Quotas
Percentual de participação	0,44%	0,44%	1,86%	1,83%	10,50%	10,16%
Capital social	880.597	874.847	164	164	44.357	39.522
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	46.954	41.926
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	326	135
Valor do investimento	3.841	3.841	3	3	4.656	4.017

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	16.246	(4.053)	12.193	9.677
Imobilizações em curso	-	105	-	105	2.291
Edificações	4%	3	(1)	2	2
Instalações	10%	7.565	(1.453)	6.112	4.191
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.480	(978)	2.502	1.122
Sistema de comunicação	10%	479	(126)	353	230
Sistema de processamento de dados	20%	3.445	(1.197)	2.248	1.432
Sistema de segurança	10%	481	(96)	385	82
Sistema de transporte	20%	688	(202)	486	327

Intangível (i)	6.509	(3.026)	3.483	2.621
Investimentos Confederação	6.474	(3.026)	3.448	2.621
Outros ativos intangíveis	35	-	35	-

Total	22.755	(7.079)	15.676	12.298
-------	--------	---------	--------	--------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	99.961	-	-	99.961	75.947
Depósitos Interfinanceiros	-	5.140	-	5.140	-
Depósitos a prazo	1.851	5.903	222.057	229.811	198.846
Total	101.812	11.043	222.057	334.912	274.793

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	143.073	98.568
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	143.073	98.568
Outros Recursos	-	9
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	9
Total circulante	143.073	98.577
Recursos do Crédito Rural	52.929	22.119
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	52.929	22.119
Total não circulante	52.929	22.119

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 16/12/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Cheques administrativos	717	1.280
Obrigações por convênios oficiais	4	4
Provisão para pagamentos a efetuar	6.081	4.419
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	896	365
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.233	970
Pendências a regularizar	721	86
Operações com cartões	24.957	14.313
Demais fornecedores	2.017	1.155
Credores diversos	2.300	2.085
Total circulante	38.926	24.677

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	15	886	(15)	886
Cível	350	26	(366)	10
Total	365	912	(381)	896

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	886	15
Cível	Provável	10	350
Total		896	365

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 2.521; R\$ 217 (2017 - R\$ 1.190 e R\$ 57), respectivamente.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	58.215	50.535
Total de associados	39.381	31.912

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.680 (2017 – R\$ 8.098), sendo R\$ 6.180 (2017 – R\$ 5.544) via integralização de resultados e R\$ 6.416 (2017 – R\$ 5.595), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.916 (2017 – R\$ 3.041).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,37% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.366, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.054	16.606
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(10.943)	(6.975)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	6	-
Provisão resgate de milhas cartão	133	57
Provisão PPR	(50)	37
Receita com atos cooperativos	9.226	6.181
Juros sobre capital próprio	1.414	1.695
Outros	199	(995)
Subtotal	10.928	6.975
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(15)	-

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	28.530	9.655
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	145.804	202.055
Outros Créditos - Rendas a receber	885	372
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	345	1.219
Investimentos (Nota 09)	8.500	7.861
Intangível (Nota 10)	3.448	2.621
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	196.002	120.696
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	24.968	13.987
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	557	222
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	3.996	1.506
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	12.177	17.185
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	11.272	7.164
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	1.431	897
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	8.079	7.244

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	241	0,24%	103
Depósitos a prazo	1.481	0,64%	1.642
Operações de crédito	4.797	1,03%	2.714

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.377	2.175

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	541	433
Despesa de aluguéis	2.510	1.864
Despesa de comunicação	1.202	990
Despesa de manutenção e conservação	1.140	840
Despesa de material	468	295
Despesa processamento dados	499	365
Despesa de promoções e relações públicas	3.143	1.552
Despesa de propaganda e publicidade	163	213
Despesa de seguro	164	108
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.000	2.461
Despesa de serviços de terceiros	786	594
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.111	894
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.270	824
Despesa de serviços de transportes	1.177	796
Despesa de viagem	219	130
Despesa de depreciação	1.593	914
Outras despesas administrativas	3.100	2.097
Total	22.086	15.370

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	2.789	406
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	12.099	17.074
Reversão de provisões operacionais	1.748	1.280
Outras rendas operacionais	1.786	546
Total	18.422	19.306

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.180	1.773
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	782	518
Contribuição Confederação Sicredi	5.394	4.352
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.182	1.084
Encargos da administração financeira	81	98
Repasse administradora de Cartões	258	402
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	680	611
Outras provisões operacionais	2.407	1.486
Outras despesas operacionais	4.202	2.261
Total	17.297	12.703

NOTA 21 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	75.829	51.131
Total	75.829	51.131

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos”

NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	106.945	85.025
Nível I (NI)	106.945	85.025
Capital principal - CP	106.945	85.025
Capital social	58.215	50.535
Reservas de capital	42.269	30.534
Lucros acumulados	9.944	5.771
Ajustes Prudenciais	(3.483)	(1.815)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	597.107	390.091
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	4.778	-
Margem de Capital (i)	39.471	34.312
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,91%	21,80%
Situação de Imobilização (Imob)	12.196	10.486
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,40%	12,33%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Fábio José Wolski de Almeida
Diretor Executivo
CPF: 518.996.630-53

Altair Gonçalves
Diretor de Operações
CPF: 614.356.511-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20